PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Fernando Francischini)

Altera dispositivo da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a fim de atualizar valores que servem de referência à classificação, para determinados fins, do porte de sociedades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 385.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, cujo art. 3º determinou que as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, se submetessem às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Para tais fins, definiu como de grande porte a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tivesse, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Mais de sete anos após a entrada em vigor de tais regras, os valores nominais de referência para a classificação de sociedades como sendo de grande porte permanecem os mesmos.

Em tal período, contudo, os índices de medição da inflação apontam significativa desvalorização do valor real das referidas cifras. Dessa maneira, muitas sociedades que não seriam consideradas de grande porte em 2007, por simples decorrência da variação de preços no País, passaram a estar submetidas às exigências previstas no citado art. 3º da Lei nº 11.638, de 2007.

Tais imposições, evidentemente, implicam custos elevados. Presumivelmente, o legislador, em 2007, considerou a sua incidência pouco razoável quando se tratava de sociedades com ativo total ou receita bruta anual iguais ou inferiores aos parâmetros então estabelecidos.

Atualmente, contudo, pela simples correção dos valores de seus ativos ou receitas brutas, sociedades que não seriam de grande porte há sete anos passaram a ser como tal consideradas pela legislação e, com isso, enfrentam custos regulatórios que não estavam dirigidos a si originalmente. Isso representa uma distorção.

É preciso, portanto, atualizar os valores nominais de referência para a classificação de sociedades de grande porte, com a sua correção pela inflação verificada entre a promulgação da Lei nº 11.638, de 2007, e os dias de hoje. Contamos com o apoio de nossos nobres Pares para alcançar tal objetivo.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI